



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 27/02/2015 10:10:25, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0003136-39.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos Bancários**
 Requerente: **Itaú Unibanco Sa**
 Requerida: **Mihoemiko Ltda ME**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Itaú Unibanco S/A move ação em face de **Mihoemiko Ltda ME**, dizendo que firmaram contrato de abertura de conta universal-pessoa jurídica e de contratação de produtos e serviços. A ré utilizou-se de sua conta corrente na agência do autor e também dos limites de crédito a ela concedidos, mas deixou de pagar o saldo devedor de R\$ 46.438,41. Pede a procedência da ação para condenar a ré a lhe pagar esse valor, com os acréscimos legais. Documentos às fls. 15/105.

A ré foi citada por edital, conforme fls. 249 e 255 e não contestou. O Defensor Público contestou à fl. 259 por negativa geral.

Réplica às fls. 265/274.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do art. 330, do

0003136-39.2012.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CPC. A prova é meramente documental e se encontra nos autos. Dilação probatória apenas protrairia o julgamento da lide e nada acrescentaria de útil ao acervo probatório.

O instrumento de proposta de abertura de conta universal de fls. 15/20 e contratação de produtos e serviços-unidade pessoa jurídica celebrado entre as partes, acompanhado dos extratos de fls. 22/105, confere credibilidade ao pedido inicial.

A ré utilizou do crédito que o autor disponibilizou em sua conta corrente 56.704-9, agência 0746, conforme documentado nos referidos extratos. O vencimento da obrigação da ré deu-se nos termos do art. 397, *caput*, do Código Civil. A ré não efetuou o pagamento do débito reclamado. Não surgiu nos autos recibo algum (art. 320, do Código Civil) comprobatório de pagamento parcial ou total do débito pleiteado na inicial.

JULGO PROCEDENTE a ação para condenar a ré a pagar ao autor R\$ 46.438,41, com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês desde 15.11.2011 (fl. 105), além de 10% de honorários advocatícios sobre o montante da condenação, custas do processo e as de reembolso.

P.R.I.

São Carlos, 04 de março de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA